

**CARTA-CONTRATO N. 14/2022/DIVCT/TCE-RO**

**Processo n. 001796/2022**

<b>CARTA-CONTRATO N. 14/2022/TCE-RO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE RONDÔNIA, ATRAVÉS DO TRIBUNAL DE CONTAS, E A PESSOA JURÍDICA PEDRO ROBERTO MONTEIRO LTDA.</b>
<b>OBJETO:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva nos No-breaks instalados no Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, incluindo fornecimento de materiais de consumo e insumos, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.
<b>VALOR GLOBAL:</b> R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais)
<b>DURAÇÃO DA EXECUÇÃO:</b>
<b>VIGÊNCIA DA CARTA-CONTRATO:</b> 31/12/2022
<b>ORIGEM:</b> Contratação direta n. 16/2022/DPL (0414933) por dispensa de licitação, com base no <b>art. 24, II, da Lei 8.666/93.</b>

**CONTRATANTE:**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.801.221/0001-10, com sede na Av. Presidente Dutra, nº 4.229, nesta cidade de Porto Velho/RO, neste ato representado pela Secretária-Geral de Administração, a senhora CLEICE DE PONTES BERNARDO, de acordo com delegação de competência prevista na Portaria n. 83, de 25 de janeiro de 2016, publicada no DOE TCE-RO nº 1.077, ano VI, de 26.01.2016 e também a de n. 10 de janeiro de 2022, publicada no DOE TCE n. 2512, ano XII.

**CONTRATADA:**

Empresa **PEDRO ROBERTO MONTEIRO LTDA.**, CNPJ n. 04.905.566/0001.13, com sede na Logradouro JOÃO GOULART, 3226, bairro SÃO JOÃO BOSCO, , CEP 76.803-772, Município de PORTO VELHO, Estado de RO, neste ato representada pelo Senhor PEDRO ROBERTO MONTEIRO.

**DA VINCULAÇÃO:**

Esta Carta-Contrato esta vinculada ao à Contratação Direta n.16/2022/DPL ([0414933](#)).

**DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Federal nº 12.846/13 e as Resoluções nºs 141/2013/TCE-RO, 151/2013/TCE-RO e 178/2015/TCE-RO, partes integrantes do presente Contrato, independente de sua transcrição.

Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no respectivo Instrumento Convocatório n. 12/2022/DPL/SELIC (0414399), incluindo no Termo de Referência e anexos, bem como na proposta da CONTRATADA.

**DO OBJETO E SEU RECEBIMENTO:**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva nos No-breaks instalados no Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, incluindo fornecimento de materiais de consumo e insumos, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Em conformidade com a Lei Geral de Licitações e os Regulamentos internos deste TCE-RO, o objeto será recebido provisória e definitivamente mediante a emissão de Termos de Recebimento eletrônicos (via SEI), após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo servidor designado como fiscal.

O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral, bem como a aplicação de penalidades, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no termo de referência admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que a enseja, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

Executado o contrato, o seu objeto será recebido em obediência ao que preconiza o art. 73 da Lei n. 8.666/93.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

## **DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

O regime de execução do presente contrato é empreitada integral.

O local e condições de execução do objeto estão detalhadamente descritas no Termo de Referência desta contratação.

A garantia contratual observará o exigido no Termo de Referência, quando aplicável.

O prazo para início da execução do objeto será contado a partir da assinatura desta Carta-Contrato / ou uma possível outra data a depender do caso.

O prazo para entrega do objeto contratado será de 20 (vinte) dias após o recebimento da Ordem de Serviços/Execução.

## **DA VIGÊNCIA**

A vigência inicial desta Carta-Contrato será de (6 meses), contatos a partir da data de sua assinatura, compreendendo o prazo para o total adimplemento das obrigações contratuais, não incluído o período de garantia legal.

## **DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DE REAJUSTE.**

O valor global da despesa com a execução da presente carta-contrato importa em R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) conforme detalhado a seguir:

Item	Descrição Detalhada	Unidade	Quantidade (UN)	Marca/modelos de referência	Valor Unitário	Valor Total
1	<p>Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva nos No-breaks instalados nas dependências do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, incluindo teste de tensão, corrente, temperatura, resistência ôhmica e ondulação de corrente e tensão de <b>TODAS</b> as baterias existentes e mapeamento das baterias<sup>1</sup>.</p> <p>Aquisição e instalação dos equipamentos: jan/2021</p>	Und.	2	DWTT80 - Nobreak Engentron Double Way Trifásico 80kVA aut. 50min	R\$ 8.500,00	R\$ 17.000,00

O pagamento será feito na forma prevista no Termo de Referência.

O prazo para pagamento inicia-se da habilitação para recebimento, feita pelo contratado, com a entrega da nota fiscal ou nota fiscal-fatura na sede do Contratante, acompanhada de toda a documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

Aplica-se ao pagamento a Resolução nº 178/2015/TCE-RO.

O Contratante poderá sustar ou descontar no pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de existência de qualquer débito para com o Contratante aplicando-se ainda a Resolução nº 141/2013-TCE-RO, para as retenções cautelares de valores devidos a título de multa por atrasos injustificados na execução contratual.

Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira

devida, entre a data acima referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times \frac{VP}{VP}$$

Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

Caberá reajuste de preços sempre que solicitado pelo contratado dentro da vigência contratual e desde que transcorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta (ou de seu orçamento base), cujo índice aplicável será o IPCA.

### **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas previstas no presente exercício financeiro decorrentes da pretensa contratação correrão por conta dos recursos consignados ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia, conforme a seguinte Ação Programática: **01.122.1265.2981** - elemento de despesa **3.3.90.39**.

As despesas para o exercício subsequente (ou subsequentes, havendo a prorrogação do contrato) estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento a presente finalidade, por conta dos recursos consignados ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**

As obrigações das partes são aquelas descritas no Termo de Referência constante do Processo Administrativo nº 001796/2022/SEI.

Em especial, o Contratado tem a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou no instrumento que à dispensou.

### **PREPOSTO DA CONTRATADA:**

Nome: PEDRO ROBERTO MONTEIRO

Telefone: (69) 3221-4545

### **FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

A fiscalização será exercida por:

	<b>Nome Servidor</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Telefone</b>	<b>E-mail institucional</b>
<b>Fiscal</b>	Felipe Alexandre Souza da Silva	990758	69 3609-6217/6219	990758@tce.ro.gov.br depearq@tce.ro.gov.br
<b>Suplente</b>	Fernando Junqueira Bordignon	507	69 3609-6217/6219	507@tce.ro.gov.br depearq@tce.ro.gov.br

Na fiscalização e acompanhamento da execução contratual, o fiscal e o suplente atenderão as disposições constantes da Lei Geral de Licitações e Regulamentos internos deste TCE-RO.

A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução deste instrumento não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

## **DAS PENALIDADES**

À contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas pelas Lei Geral de Licitações, Lei do Pregão, Regramentos Internos deste TCE-RO e demais normas cogentes, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo das multas e demais ocorrências previstas no Termo de Referência, Termo de Contrato e/ou Ordem de Fornecimento/Serviço.

Os prazos para adimplemento das obrigações admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.

## **DA RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a possibilidade de sua rescisão, a critério da Administração, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sendo devidamente motivada nos autos do processo e assegurado o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO.

O Contratado reconhece os direitos do Contratante em caso de rescisão Administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

## **DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir quaisquer dúvidas, omissões ou litígios oriundos do presente Contrato que não possam ser resolvidos administrativamente, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, é lavrado o presente Contrato, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelo CONTRATANTE e pelo CONTRATADO, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução.

CLEICE DE PONTES BERNARDO

Secretária-Geral de Administração/TCE-RO

PEDRO ROBERTO MONTEIRO

Representante da empresa PEDRO ROBERTO MONTEIRO LTDA.